

NOSSA LUTA EM PRETO E BRANCO: FEMINISMOS NO BRASIL NAS PÁGINAS DE *MULHERIO* (1981-1988)

LUIZA RITA CARDOSO*

Resumo: Este artigo busca compreender alguns caminhos percorridos pelo movimento feminista brasileiro na década de 1980. Para tanto, utiliza-se de textos encontrados acerca do tema feminismo em *Mulherio*, periódico editado em São Paulo entre 1981 e 1988, como fontes documentais. Compreende-se que *Mulherio* se insere no âmbito da imprensa feminista, que emergiu em meados da década de 1970 e foi responsável, em grande medida, pela divulgação do movimento. De posse dessas compreensões e dos debates traçados nas páginas de *Mulherio* sobre a participação ou não dos homens no movimento, a atuação do movimento feminista no campo da política institucional, a relação entre as militantes deste e os partidos políticos e a preocupação com a autonomia, um panorama foi traçado sobre a situação dos feminismos brasileiros dos anos 1980.

Palavras-chave: Movimento feminista. *Mulherio*. Imprensa feminista.

Abstract: This paper intends to understand paths taken by the Brazilian feminist movement in the 1980s. In order to do so, articles on the subject of feminism found in *Mulherio*, a periodical published in São Paulo between 1981 and 1988, are used as documentary sources. It is understood that *Mulherio* is within the scope of feminist press, which emerged in the mid-1970s and played an important role in spreading the movement. Debates that took place on *Mulherio*'s pages regarding men's participation in the movement, the role of the feminist movement in institutional policy, the relationship between its activists and political parties, and the issue of autonomy were used to draw a panorama of the Brazilian feminist movement in the 1980s.

Artigo recebido em 1 de Agosto de 2014 e aprovado para publicação em 20 de Novembro de 2014.

* Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Email: louisarita@gmail.com

Keywords: Feminist movement. Mulherio. Feminist press.

Editado pela primeira vez em março/abril de 1981 por jornalistas e pesquisadoras da Fundação Carlos Chagas, o jornal *Mulherio* tornar-se-ia material de grande importância no âmbito das discussões feministas no Brasil da década de 1980. Além de um espaço de divulgação das pautas feministas da época, o periódico foi também um veículo de informação que ligava interessadas e interessados nas discussões acerca da situação da mulher, tendo alcançado inclusive circulação internacional, uma vez que chegou a países vizinhos, como a Argentina.

Assim, *Mulherio* é tanto fonte quanto objeto desta pesquisa, no sentido do que aponta Tânia Regina de Luca:

(...) para um tipo de utilização da imprensa periódica que não se limita a extrair um ou outro texto de autores isolados, por mais representativos que sejam, mas antes prescreve a análise circunstanciada do seu lugar de inserção e delinea uma abordagem que faz dos impressos, a um só tempo, fonte e objeto de pesquisa historiográfica, rigorosamente inseridos na crítica competente.¹

Todos os 41 jornais², produzidos entre março/abril de 1981 e julho de 1988, estão atualmente digitalizados e disponíveis *online* no sítio da Fundação Carlos Chagas (FCC)³. A partir de leitura e análise dos mesmos, algumas questões foram formuladas com o objetivo de nortear esse trabalho, que pretende compreender percursos do movimento feminista brasileiro na década de 1980, a saber: de que lugar social era produzido *Mulherio*? Dentro de qual contexto político pode-se pensar sua produção? Quais os discursos produzidos em *Mulherio* sobre o movimento feminista à sua época? Que ligações a diferentes poderes e interesses financeiros possibilitaram a manutenção do impresso?

A análise das fontes se deu através do entendimento daquilo que aponta Roger Chartier em sua discussão sobre impressos. O autor coloca que os jornais tem um *status* diferenciado dos livros no sentido de que não se conservam tais quais os últimos. Para ele, os jornais estão ligados ao efêmero, àquilo que não se fixa, e não só pelo fluxo das informações como também

¹ LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 141.

² Também duas edições de um impresso com outro nome, *Nexo*, inserem-se nesta pesquisa. Ainda que leve outro título, entende-se que *Nexo* faz parte do conjunto de produções de *Mulherio*, tendo sido editado por boa parte das/os mesmas/os responsáveis por este, organizadas/os no Núcleo de Comunicações Mulherio.

³ Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/conteudos especiais/mulhericapas2o/>>. Acesso em 15 de julho de 2014.

pela materialidade dos mesmos, bastante frágil⁴. Assim, ao considerar o caráter efêmero dessas fontes e o fluxo de informações que delas decorre, uma questão metodológica colocou-se no tocante à seleção do material a ser trabalhado. Michel de Certeau afirma que “em história, tudo começa com o gesto de *selecionar*”⁵. Optou-se, então, por considerar as matérias de *Mulherio* que se dedicassem a discutir os feminismos do ponto de vista do movimento político, pensando seus avanços, suas discussões internas e os problemas que a ele se apresentavam. Para tanto, o procedimento de trabalho com as fontes se deu pela leitura e fichamento de todos os jornais, a fim de identificar as partes pertinentes a esta pesquisa.

Entende-se que *Mulherio* está inserido no âmbito da imprensa feminista, que no último quartel do século XX se solidificou como divulgadora das reivindicações das mulheres e promotora de debates acerca da situação das mesmas. Para Rosalina Leite, a imprensa feminista emergiu a partir de 1975, quando do fim da luta armada contra a ditadura civil-militar que se instalara no Brasil⁶ e com o salto que o debate feminista teve a essa época com a decretação, pela Organização das Nações Unidas (ONU), de 1975 como o Ano Internacional da Mulher. Nesse sentido, a autora aponta os impressos *Nós Mulheres* e *Brasil Mulher* como fundantes do que se tornaria uma tendência no campo de atuação do movimento feminista.

Compreende-se, portanto, que a publicação de *Mulherio* foi permeada por intencionalidades e objetivos políticos por parte de suas produtoras, que viam em fazer o periódico uma ação política. Segundo Athayde, o objetivo das idealizadoras do projeto era possibilitar que o impresso fosse comercializado em bancas pelo país, o que não foi possível e o público-alvo ficou circunscrito a assinantes, às entidades que recebiam o jornal na forma de doação e àquelas/es que conseguiam comprar em algumas livrarias que vendiam pelo país⁷. Teve alcance também em associações de bairros e clubes de mães, tornando-se um material utilizado pelas feministas para estudar e discutir dentro desses grupos.

A edição número 0, datada de março/abril de 1981, consiste sobretudo em uma apresentação das intenções desse periódico que a partir de então ganharia espaço no âmbito das discussões feministas brasileiras. Mais simples que os próximos números, com apenas quatro

⁴ CHARTIER, Roger. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

⁵ CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979 p. 30.

⁶ LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234-241, jan./jun. 2003.

⁷ ATHAYDE, Maria Cristina de Oliveira. O movimento feminista nas páginas dos jornais feministas do Brasil e Argentina: Nós Mulheres, Mulherio e Persona em cena. In: FAZENDO GÊNERO, 8, 2008, Florianópolis. Anais do Fazendo Gênero 8. Disponível em: <http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST7/Maria_Cristina_de_Oliveira_Athayde_07.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2014.

páginas, traz na primeira os seguintes tópicos: *Por que Mulherio? Os objetivos do jornal e Nossa pauta*, seguido da assinatura de Adélia Borges. O primeiro justifica o nome escolhido, fundamentando que a palavra “mulherio” é quase sempre “empregada com sentido pejorativo, associada a histerismo, gritaria, chatice, fofocagem ou, então, ‘gostosura’”,⁸ bem como a grande maioria dos termos que designam aquilo que é ligado à mulher. Assim, aponta o texto, é intenção do jornal ressignificar não só o termo, mas “recuperar a dignidade, a beleza e a força que significam as mulheres reunidas para expor e debater seus problemas”⁹.

A seguir, sob o título *Os objetivos do jornal*, expõe-se o desejo que há tempos sentiam as pesquisadoras da área de estudo da condição feminina da FCC de criar um jornal e explicita-se os três segmentos considerados público-alvo: os órgãos de comunicação, os grupos de mulheres e as entidades culturais e acadêmicas. Remete-se também à parceria feita com a Fundação Ford (FF), que segundo as autoras, permitiria a tiragem do jornal por um ano e meio.

Em *Nossa pauta* explica-se o que esperar do jornal. Dezesesseis páginas que trariam um tema polêmico de análise, resenhas de filmes, livros, programas de TV, reportagens menores sobre a mulher no Brasil e no resto do mundo, além de espaço reservado às pesquisas acadêmicas e à divulgação dos trabalhos de grupos de mulheres e/ou feministas. Um ponto importante é ressaltado: “*Mulherio* não terá uma posição preestabelecida sobre este ou aquele assunto – seja planejamento familiar ou tendências no movimento feminista. Pretendemos, sim, debater todos os problemas que afetam a mulher, abrindo espaço para a discussão ampla das diferentes posições”¹⁰. Tudo isso sob olhares atentos de um Conselho Editorial formado por dezesseis mulheres, a saber: Carmen Barroso, Carmen da Silva, Cristina Bruschini, Elizabeth Souza Lobo, Eva Alterman Blay, Fúlvia Rosemberg, Heleieth Saffioti, Lélia Gonzales, Maria Carneiro da Cunha, Maria Moraes, Maria Malta Campos, Maria Rita Kehl, Maria Valéria Junho Pena, Marília de Andrade, Marisa Correa e Ruth Cardoso. A redação estava a cargo de Adélia Borges e Fúlvia Rosemberg, como editoras, e Derly Barroso, como responsável pelo projeto gráfico. Adélia Borges assinava ainda como jornalista responsável.

Assim anunciava-se o periódico que, no número 2, de julho/agosto de 1981, aparece reformulado, não contando com as dezesseis páginas prometidas na nota lançamento, mas com as vinte e quatro que seriam características dos números seguintes, exceto das publicações de números 15 (setembro/outubro 1983) e 39 (abril 1988).

Com quarenta e uma edições ao longo de quase uma década inteira, de 1981 a 1988,

⁸ BORGES, Adélia. Por que Mulherio?. *Mulherio*, São Paulo, n. 0, março/abril 1981, p. 1.

⁹ Idem.

¹⁰ BORGES, Adélia. Nossa pauta. *Mulherio*, São Paulo, n. 0, março/abril 1981, p. 1.

Mulherio passou por diversas reformulações, as quais serão aqui expostas e analisadas a partir de divisões temporais – do número 1 ao 15, do 16 ao 21, do 22 ao 39 e as edições 40 e 41, que não levam o nome de *Mulherio*, mas de *Nexo*.

As edições do primeiro grupo dão-se entre maio/junho de 1981 e setembro/outubro de 1983, acontecendo bimensalmente. O conselho editorial se mantém, a não ser pelo nome de Maria Moraes que não aparece na edição de número 15, e a partir do número 10 o jornal passa a trazer na sessão expediente o termo Assessoria, sendo esta prestada nos âmbitos jurídico e publicitário por Florisa Verucci e Fátima Jordão, respectivamente.

Como anunciado pelas autoras, o jornal teria sua tiragem garantida por um ano e meio através da parceria com a FF e a FCC, e assim, na 15ª edição do periódico, declara-se o já esperado fim da parceria, mais de um ano depois do tempo inicialmente estipulado. A primeira das oito páginas, um terço do número habitual, já refletindo as dificuldades financeiras, exclama: *Mulherio não pode parar!*, tendo ao fundo o nome de colaboradoras e colaboradores do jornal, em um apelo a todas/os para que contribuíssem com a continuidade do mesmo. A página seguinte, assinada por Adélia Borges, traz uma espécie de carta em que são explicadas as dificuldades, explicitado o anseio de não deixar o jornal morrer, e também traçadas novas perspectivas:

Com um financiamento mínimo de uma instituição teremos o ponta-pé inicial para a montagem de um jornal independente, que pretende ser competitivo no mercado editorial, um jornal que tenha anúncios publicitários e que possa fazer uma divulgação bem-feita de maneira a atingir o potencial de público que acreditamos possuir, e que, nestes dois anos e meio, foi atingido apenas em pequena parte.¹¹

Após seis meses sem publicação, *Mulherio* volta com a edição número 16 em maio/junho de 1984 e explica a criação do *Núcleo de Comunicações Mulherio*, já anunciada no número 15 e, a partir de então, órgão responsável juridicamente pela publicação do jornal e definido como “uma associação civil sem fins lucrativos que pretende, aos poucos, ir entrando também em outras áreas da comunicação”¹². Tal núcleo veio para substituir a FCC, que retirou seu apoio ao periódico no ano anterior, como, segundo as autoras, já previsto, uma vez que *Mulherio* era um projeto de pesquisa sustentado temporariamente pela Fundação dentre tantos outros.

Nessa nova fase, a sessão intitulada *Quem somos*, que apresentava as responsáveis pelo

¹¹ BORGES, Adélia. Do querer para o perer (sic) para o poder. *Mulherio*, São Paulo, n. 15, setembro/outubro 1983, p. 2.

¹² BORGES, Adélia. Vamos que vamos ou: voltamos que voltamos!. *Mulherio*, São Paulo, n. 16, maio/junho 1984, p. 2-3.

projeto, não conta mais com um Conselho Editorial, mas aparece somente com o termo *equipe* seguido assim: Adélia Borges, Fúlvia Rosemberg, Inês Castilho (edição), Cecília Simonetti (documentação), Lilita Figueiredo, Marlene Rodrigues (edição de arte) e Vera Soares (administração).

No editorial trazido na segunda página da mesma edição, coloca-se que o retorno do jornal se deve principalmente ao apoio recebido de diversos lugares do país e destaca-se o fato de que não há, ainda, uma fonte de financiamento estável, embora esteja-se buscando apoio de agências internacionais que patrocinam projetos ligados à mudança das condições femininas. E ainda que se destaque que a quantidade de dinheiro de que dispõem as responsáveis seja pouca, suficiente apenas para tal número, dois meses depois chega às/aos assinantes de todo o país o número 17, mantendo o caráter bimensal até o número 20 (janeiro/fevereiro de 1985), uma vez que o número 21 é datado de abril/maio/junho de 1985.

Já o próximo número, 22, de julho/agosto/setembro de 1985, explica que o atraso

se deve ao fato de tentarmos viabilizar para o próximo ano um *Mulherio* mensal. Hoje ele é bimestral (tem sido tri, na verdade), o que limita suas possibilidades editoriais e de implantação econômica, dificultando qualquer projeto mais sério de auto-sustentação.¹³

E coloca:

conseguimos apoio da Fundação Ford para estabelecermos estratégias de distribuição, divulgação e publicidade. Estamos metidas nisso até o pescoço, além de estarmos iniciando uma campanha de assinaturas, preparando a montagem de um Conselho Editorial e ainda programando diversas viagens para conseguir maior apoio para o jornal.¹⁴

Assim o jornal passa a contar, mais uma vez, com o apoio da Fundação Ford quase dois anos depois de anunciado o fim da relação com a agência. No número 23, além da FF, outra organização internacional é citada como contribuinte de *Mulherio*, a World Association for Christian Communication (WACC). Já nos números 25 e 26 a WACC não aparece como contribuinte, e duas outras organizações contribuem além da FF: Evangelisches Missionswerk (EM), de Hamburgo, Alemanha, e World Council of Churches (WCC), de Genebra, Suíça. Nos próximos números não é citada qualquer organização financiadora do projeto, até que, a partir do número 32, a FF entra em cena de novo, aparecendo como colaboradora até o último número de *Mulherio*.

¹³ Recados. *Mulherio*, São Paulo, n. 22, julho/agosto/setembro 1985, p. 2.

¹⁴ *Idem*.

Percebe-se que há dificuldades em restabelecer uma periodicidade para o jornal, pois a edição seguinte data de outubro/novembro/dezembro de 1985, o número 24 de janeiro/fevereiro de 1986 e o 25º *Mulherio* tem a data de março/agosto do mesmo ano. Contudo, nesse número, o editorial adverte:

As mudanças vão aparecendo aos poucos. Aumento considerável do número de assinantes, reorganização interna, criação de departamentos, atendimento caso a caso da leitora ou leitor assinante, consolidação de um Conselho Editorial. Mudanças que concretizam, enfim, muito daquilo que já foi prometido. Antes de agilizar sua periodicidade, temos pela frente uma edição do *Mulherio* em novembro, outra em fevereiro.¹⁵

Os números seguintes ao de fevereiro, 28 e 29, são bimensais, respectivamente março/abril e maio/junho de 1987. É então na 30ª edição que a periodicidade de *Mulherio* acerta-se e leitoras e leitores podem esperar mensalmente um novo volume do jornal. Pelo menos até o número 39, que sai como exemplar de março/abril de 1988.

No número seguinte, “*Mulherio* dá lugar a *Nexo*”¹⁶, que conta com apenas duas edições. No primeiro volume (junho 1988) deste há uma associação direta entre os dois periódicos tanto no editorial, quanto em uma “brincadeira” com o número da edição, colocando que *Nexo* número 1 é também o 40º *Mulherio*. Já na segunda e última edição (julho 1988) de *Nexo* não há qualquer menção a seu antecessor. Contudo, considerar-se-ão, neste artigo, os dois impressos como parte da “família *Mulherio*”, até pelo fato de *Nexo* ser também uma publicação do *Núcleo de Comunicações Mulherio* e por manterem conselhos editoriais muito parecidos. Se no número 39 de *Mulherio* este era de responsabilidade de Albertina de Oliveira Costa, Bela Feldman Bianco, Emir Sader, Fátima Jordão, Fúlvia Rosemberg, Heloisa Buarque de Holanda, Lucia Castelo Branco, Maria Lúcia de Barros Mott, Mariaugusta Rosa Rocha, Marlyse Meyer, Mouzar Benedito, a publicação do mês seguinte terá como modificações apenas as ausências de Fúlvia Rosemberg, Mariaugusta Rosa Rocha e Marlyse Meyer. E, em ambos, Inês Castilho assina como editora-responsável.

Parece curioso, mas o segundo número de *Nexo* não faz qualquer menção a dificuldades financeiras – contava também com o apoio da FF do Brasil – diferente de diversas edições de *Mulherio* em que se pediu apoio e se colocou a possibilidade de o periódico deixar de existir. Assim, é sem ameaças ou despedidas que essa *família* de periódicos que permearam as discussões feministas no Brasil por quase uma década chega ao fim.

¹⁵ Da Redação. *Mulherio*, São Paulo, n. 25, março/agosto 1986, p. 2.

¹⁶ CASTILHO, Inês. Editorial. *Nexo*, São Paulo, n. 1, junho 1988, p. 2.

Ao compreender a importância de “inquirir sobre suas [dos periódicos] ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros”¹⁷ e que “à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos”¹⁸, faz-se importante ressaltar que a Fundação Ford, à época a maior organização filantrópica do mundo, destinou, entre 1970 e 1980, trinta milhões de dólares a trabalhos ligados aos direitos humanos na América Latina¹⁹. Naomi Klein afirma que, antes dos golpes militares no Cone Sul, a Fundação financiou, na região e nos Estados Unidos, seguindo a lógica da Guerra Fria, projetos e estudos com orientação de direita, inclusive em instituições públicas. Tal fator contribuiu sobremaneira para a disseminação dos ideais da Escola de Chicago, grande idealizadora do neoliberalismo e de governos ditatoriais como o de Pinochet, no Chile, e mesmo da ditadura civil-militar brasileira²⁰.

Portanto, sendo a mesma instituição financiadora em grande medida dos golpes que tanto horror e violência trouxeram à América do Sul e de estudos que incluem os relatórios de direitos humanos de alguns desses países, pode-se pensar que, ideologicamente, a FF tinha preceitos a garantir. Também as outras agências financiadoras citadas (WACC, EM e WCC) devem ser pensadas. Organismos europeus ligados à religião patrocinaram, ainda que por poucas edições, um jornal feminista brasileiro. Joan Scott lembra que nos anos 1970 e 1980 governos e fundações privadas repassaram verbas para que a história das mulheres fosse trazida à tona e ressalta que “essas agências estavam não apenas interessadas na história, mas também na luz que os estudos históricos poderiam lançar sobre a política contemporânea a respeito das mulheres”²¹.

Mulherio, autoproclamado feminista, trazia em suas páginas reivindicações de tal movimento à sua época, o que não pode ser descolado de análises sobre a condição das mulheres no país (e no mundo) e, de modo geral, de uma percepção de mundo que permita explicar tais situações. Isto é, *Mulherio* portava uma compreensão – política, econômica, social – que dava condições de reivindicar tal ou qual avanço na situação das mulheres, de apontar essa candidata em detrimento daquele, de dizer porque e onde creches eram necessárias.

Tudo isso, não há dúvidas, é de grande interesse, mas de igual abrangência. Portanto, a fim de possibilitar um percurso menos tortuoso pelos feminismos brasileiros dos anos 1980,

¹⁷ LUCA. Op. Cit. 2006, p. 140.

¹⁸ Idem.

¹⁹ KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

²⁰ Idem.

²¹ SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.p. 85.

trabalhar-se-á aqui com os momentos em que *Mulherio* propõe-se a de fato discutir feminismo(s). É válido lembrar a já citada edição número 0 do periódico, que no editorial adverte que *Mulherio* não tem posições definidas sobre o feminismo ou outros assuntos, mas sim procurará debatê-los. Ou seja, compreende-se que há situações em que o jornal traz elementos sobre a situação das mulheres e seus anseios, e há momentos em que discute um movimento político. Ao último atentamos, compreendendo que os primeiros elementos citados aparecem em direta relação a este.

A fim de dar conta dos debates acerca dos feminismos nas páginas de *Mulherio*, extenso trabalho de leitura foi realizado, número a número, para encontrar em quais momentos tais discussões eram suscitadas. É válida a ressalva de que tal seleção foi feita a partir do entendimento de que essas discussões são peças-chave para a compreensão do movimento feminista brasileiro, e não pretende, sob qualquer circunstância, diminuir o valor das outras centenas de páginas do periódico, as quais entende-se que explicitam os diversos campos de atuação e preocupação dos feminismos, sem, contudo, discuti-los.

Ainda que apontasse, como já citado, interesse em tornar-se um grande jornal e de, para tanto, ter se utilizado de forma mais expressiva dos artifícios publicitários, *Mulherio* não chegou muito longe nesse aspecto. As publicidades só aparecem após o número 10 e não há presença de grandes marcas ou instituições e sim de pequenas/os prestadoras/es de serviço como tradutoras, escolas infantis, bares e outros. Assim, entende-se que essas propagandas em nada afetaram as discussões acerca dos feminismos trazidas nas páginas do periódico, e sim foram um meio de que se utilizaram as responsáveis para arrecadar fundos e sustentá-lo, haja vista as dificuldades financeiras constantemente explicitadas. Tampouco a publicização do próprio *Mulherio* será levada em conta, uma vez que diz respeito às tentativas de aumentar o número de assinaturas ou da divulgação dos locais de venda e entende-se que vão na mesma perspectiva das outras publicidades – manter o funcionamento do jornal. Nota-se que são muitas vezes bastante apelativas nessa questão e a possibilidade do fim é muitas vezes lembrada.

“A palavra assusta um pouco, mas decididamente o feminismo já conquistou seu espaço no Brasil”²². Uma afirmação entusiasmada da décima primeira página da edição número 6 de *Mulherio*, de março/abril de 1982, no volume em que o jornal comemorava sua primeira passagem pelo 8 de março, data tão cara às feministas por se tratar do Dia Internacional da Mulher²³. Mas a simples sentença suscitou curiosidade: por que a palavra assusta? Que

²² Estamos menos longe. *Mulherio*, São Paulo, n. 6, março/abril 1982, p. 11-17.

²³ A data foi oficializada pela ONU como Dia Internacional da Mulher em 1977, mas já era antes disso utilizada por movimentos feministas como um importante dia de luta e mobilização.

feminismo é esse que conquistou já seu espaço no país e que espaço seria esse?

Faz-se necessária uma reflexão sobre o que aponta Roger Chartier, a respeito da “necessidade, para o historiador, de refletir sobre as fontes e os meios que permitem abordar este ato sempre efêmero e misterioso que é a apropriação de um texto”²⁴. Apropriação, para o autor, refere-se à forma como é feita a apreensão do texto por aquelas/es que o leem, de acordo com suas práticas, possibilitando assim diversas interpretações e rompendo com a ideia de que os escritos são apreendidos por suas leitoras e leitores exatamente como são dados, sejam eles impressos ou manuscritos. Tais práticas visam ao reconhecimento de uma identidade social, de uma maneira de estar no mundo, de “significar simbolicamente um estatuto e uma posição”²⁵.

Ao entrar no campo do simbólico, Chartier reflete sobre representação, colocando-a como mediadora das diversas possibilidades de apresentação da realidade. Para o autor, a mediação pode se dar através da linguagem, de figuras religiosas ou de conceitos do conhecimento científico²⁶.

No ponto de articulação entre o mundo do texto e o mundo do sujeito coloca-se necessariamente uma teoria da leitura capaz de compreender a apropriação dos discursos, isto é, a maneira como estes afectam o leitor e o conduzem a uma nova norma de compreensão de si próprio e do mundo.²⁷

Portanto, parte-se da compreensão de que os textos apresentados são interpretados de diferentes maneiras e também de que a produção dos mesmos está ligada à noção de representação, neste caso, a do movimento feminista brasileiro nos anos 1980. É dele que o trecho a seguir trata:

Deixou de ser uma coisa de meia dúzia de pessoas, como em 1975, e hoje já se espalham, de maneira bem ampla na sociedade, as ideias dos direitos da mulher. Ela própria já se questiona, questiona o seu papel no mundo, não aceita mais passivamente a discriminação. Os grupos de mulheres se multiplicam, nos vários Estados, com diferentes composições e objetivos. E não se restringem mais às reivindicações legais e trabalhistas pela igualdade, mas começam também a falar - embora com certa timidez - de temas antes considerados tabus, como sexualidade, busca de novas formas de relacionamento entre o homem e a mulher, aborto.²⁸

Essa “coisa de meia dúzia” de quando foi decretado o Ano Internacional da Mulher pela ONU, marco inicial da chamada “Década da Mulher”, cresceu. Se até 1975 houve dificuldade na formação de um movimento que se reivindicasse feminista, que utilizasse tal termo em vez do mais brando “de mulheres”, que barrava, pelo menos em um primeiro momento, a discussão

²⁴ CHARTIER, Op. Cit.2001, p. XII.

²⁵CHARTIER, Op. Cit 1990, p. 21.

²⁶Idem

²⁷Ibidem. p. 23-24.

²⁸Estamos menos longe. *Mulherio*, São Paulo, n. 6, março/abril 1982, p. 11-17.

sobre o feminismo, a situação se alterara nos últimos anos. Luta secundária? Pauta para dividir homens e mulheres do objetivo maior de transformação estrutural da sociedade? Tudo isso era dito dos feminismos e poucas/os eram aquelas/es dispostas/os a encampar a definição até meados dos anos 1970.

Na edição 35 *Mulherio* traz uma matéria com o seguinte título: “Existe espaço para a dupla militância?”²⁹. Dupla militância, vale lembrar, caracterizava aquelas (e os poucos aqueles) que se dividiam entre a organização política de esquerda e os grupos feministas. Tal matéria aborda o tema porque, segundo o subtítulo:

As expulsões de Ruth Escobar do PMDB, Amélia Telles do PC do B e Marise Egger do PCB são episódios sem ligação, mas que sugerem uma reflexão: Existiria um padrão comum que inviabilizaria a ação feminina dentro dos partidos nesta fase de transição democrática?³⁰

Publicada em 1987, momento de transição do regime autoritário para a instalação da democracia, a matéria propõe uma reflexão sobre a relação do feminismo e das mulheres com as organizações, agora, em sua maioria, institucionalizadas como partidos. Debate muito semelhante aos ocorridos anos antes, durante a década de 1970, quando vivia-se sob os fantasmas da clandestinidade e da repressão e em busca de vencê-los.

Assinada por Fátima Jordão, membro do Conselho Editorial de *Mulherio* à época, a matéria de uma página na sessão intitulada *Política* ainda elenca cinco hipóteses para se pensar as relações entre militantes feministas (ou o debate feminista) e os partidos. A primeira aponta para a existência de um oportunismo dos partidos em épocas como as eleitorais, sem que houvesse um legítimo interesse nas pautas feministas. Em seguida, coloca-se a própria questão estrutural do movimento feminista, que em muito diverge das estruturas rígidas e hierarquizadas dos partidos, uma vez que busca se organizar de forma horizontal e mais aberta. Como terceiro ponto, elucida-se que há uma “dissonância” entre a crescente consciência da condição feminina na sociedade e o desinteresse com que os temas específicos são tratados nos partidos. Quarto ponto: o desequilíbrio entre o número de mulheres no partido e a quantidade delas nos cargos de direção; e, por último, “há uma brecha entre a atuação das mulheres feministas e aquelas que fazem opção pela política geral do partido”³¹.

Pode-se então perceber que mesmo na segunda metade dos anos 1980, quando as possibilidades mais concretas de revolução no Brasil já tinham se esvaído e em um momento

²⁹JORDÃO, Fátima. Existe espaço para a dupla militância? *Mulherio*, n. 35, São Paulo, dezembro 1987, p. 10.

³⁰Idem.

³¹Ibidem.

que a política partidária buscava se estabelecer e criar seus rumos e quadros, uma espécie de “conquista” da credibilidade da população brasileira, as dificuldades de conciliar a luta feminista com a partidária eram ainda grandes.

Nesse sentido, o número 9 de *Mulherio* traz sob a assinatura de Mariza Corrêa uma discussão intitulada “E a autonomia do movimento feminista, como vai?”³², cujo subtítulo diz: “uma reflexão necessária, antes e após as eleições: como manter nossa autonomia e, ao mesmo tempo, não desaparecer da cena política”³³. Assim, dá-se continuidade ao texto apontando:

Boa parte das mulheres que desde 1975 vêm recolocando na discussão política as questões específicas da situação da mulher estão agora na luta partidária. São elas as responsáveis pela incorporação dessas questões ao discurso dos candidatos em geral, aos programas dos partidos mas, além disso, elas são filiadas e candidatas.³⁴

O próprio *Mulherio* se dedicou às campanhas eleitorais de 1982³⁵ e a discutir seus resultados, bem como à campanha pela Constituinte em 1986³⁶, mas não há aqui o intuito de aprofundar a pesquisa nesta perspectiva.

Importante buscar compreender o termo *política* no sentido em que é esboçado por Hannah Arendt quando trata da relação entre essa e a liberdade. Para a autora, nos tempos modernos, esta é o objetivo e a política o meio do qual se utilizam os homens e mulheres para alcançá-la. Em uma perspectiva comparativa com o sentido da política da Antiguidade, Arendt coloca que a relação em si não se modificou, mas as noções e perspectivas de liberdade, sim. E acrescenta: “só o fato da emancipação das mulheres e da classe operária, quer dizer de grupos de homens que nunca antes podiam mostrar-se na vida pública, dá um rosto radicalmente novo a todas as questões políticas”³⁷.

Assim, os problemas do espaço ocupado pelo movimento feminista dentro dos partidos políticos e vice-versa aparecem como uma constante preocupação. Também a relação a ser criada com os governos à esquerda e as candidatas eleitas é levantada, evidenciando-se assim as dificuldades encontradas frente à institucionalização do movimento feminista ou, antes deste, de suas pautas. Em sua décima edição, *Mulherio* levanta, na seção *Política*: “Um lugar no governo. Como o movimento de mulheres vai se relacionar com os governos de oposição que

³²CORRÊA, Mariza. E a autonomia do movimento feminista, como vai?, *Mulherio*, São Paulo, n. 9, setembro/outubro 1982, p. 10.

³³Idem.

³⁴Ibidem.

³⁵Ver edições n^{os} 8, 9, 10 e 11.

³⁶Ver edições n^{os} 24, 25, 26, 27, 28, 29 e 30.

³⁷ARENDT, Hannah. *O que é política?*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.p. 29.

assumem em março?”³⁸. Se se entendia que era necessária uma atuação dentro da estrutura, de emaranhar-se no poder para avançar nas conquistas, o medo de perder a autonomia era latente.

Interessante pensar aqui o marco colocado no ano de 1975 com a criação da Década da Mulher. Como, por uma questão temporal, *Mulherio* não trata do tema à época, em 1985, com o fim do período, propõe uma reflexão na 21ª edição, de abril/maio/junho daquele ano. Trazendo na capa o chamado “Década da Mulher: as brasileiras dizem o que mudou e o que vai ter que mudar”³⁹, ilustrado com três fotografias de diferentes mulheres nas ruas carregando cartazes com os dizeres “Nosso corpo, nós decidimos”; “Abaixo salário de fome!”; “Esmola não!” e “Prêmio Nobel da Paz às mães da Praça de Maio”, que sugerem já algumas pautas largamente discutidas e exigidas pelo movimento feminista nesse decênio. À esquerda da primeira página, ao lado do título dado, um logotipo vai causar polêmica e levantar os ânimos de muitas feministas, como poderia ser constatado na próxima edição. É o símbolo do *Conselho Estadual da Condição Feminina (CECF)*⁴⁰, que editou o jornal em conjunto com o *Núcleo de Comunicações Mulherio*. O volume propõe-se a fazer uma análise das mudanças na situação da mulher brasileira ao longo desses dez anos, trabalhando para isso com a publicação de pesquisas realizadas nesse âmbito. Conforme o editorial: “esse é um número especial do *Mulherio*. Um número dedicado às pesquisas realizadas a partir da iniciativa do Conselho Estadual da Condição Feminina tratando de captar o que aconteceu às brasileiras nesta década”⁴¹. E em seguida, o editorial aponta:

Estamos vivas! Ensaçando inseguras uma nova relação com os poderes públicos que, durante anos foram para nós o sinônimo da repressão. Este número feito em parceria com o Conselho da Condição Feminina de São Paulo, foi uma aposta na democratização do Estado Brasileiro. Estamos praticando a concepção de que um organismo governamental não deve ser concebido enquanto braço de um partido, ainda que esse partido seja hegemônico. Estamos lutando por consolidar uma perspectiva de compromisso baseado na luta real contra a discriminação das mulheres em todos os níveis. Estamos abrindo frentes de trabalho⁴².

³⁸ Um lugar no governo. *Mulherio*, São Paulo, n. 10, novembro/dezembro 1982, p. 8.

³⁹ Década da mulher: as brasileiras dizem o que mudou e o que vai ter que mudar. *Mulherio*, n. 21, São Paulo, abril/maio/junho 1985, p. 1.

⁴⁰ De acordo com o sítio <<http://www.condicaofeminina.sp.gov.br/portal.php/hist>>, o Conselho Estadual da Condição Feminina - CECF é uma conquista do movimento de mulheres do Estado de São Paulo. É um órgão governamental específico, criado pelo Decreto n.º 20.892, de 4 de abril de 1983 na gestão do governador André Franco Montoro, institucionalizado pela Lei n.º 5.447, de 1º de dezembro de 1986. O CECF tem por objetivo formular diretrizes e promover, em todos os níveis da Administração Direta e Indireta, atividades que visem à defesa dos direitos da mulher à eliminação das discriminações que atingem, bem como a sua plena integração na vida socioeconômico e político-cultural.

⁴¹ BLAY, Eva Alterman. Dos anos de perigo à institucionalização. *Mulherio*, São Paulo, n. 21, abril/maio/junho 1985, p. 2.

⁴² Idem.

As pesquisas são apresentadas nas mais diversas áreas de interesse dos feminismos como o direito de decidir sobre o próprio corpo, a igreja católica, a saúde das mulheres, as políticas públicas para melhoramento da situação das mulheres no Brasil, a educação e o mercado de trabalho. Aliás, essas eram pautas com as quais certamente as/os leitoras/es estavam habituadas/os, uma vez que eram frequentes nas páginas de *Mulherio* ao longo de seus sete anos de vida. Mas é ao parágrafo citado que nos detemos aqui. Se em tal número apresenta-se a parceria, o número seguinte traz no editorial um recado para os chamados “malentendidos” causados pela edição do jornal em conjunto com o CECF, e se destaca que a parceria era limitada àquela edição e se deu

com base em interesses mútuos: do CECF e nossos. *Mulherio* estava a perigo a perigo financeiramente e havia de nossa parte interesse em publicar materiais de avaliação da década no Brasil. O CECF tinha interesse em divulgar seu trabalho. Fizemos um acordo em que o CECF financiou parte dos custos do jornal naquela edição.⁴³

O mesmo texto reafirma o exposto no número 0 do jornal, isto é, que continua independente e não possui vínculos com tendências do feminismo, partidos ou órgãos do governo. Ora, se houve o interesse em explicitar os termos do acordo entre as editoras e o CECF e a necessidade de reafirmar os princípios de autonomia é porque muito incômodo causou a situação – tanto o recebimento das críticas à parceria quanto um possível murmurinho de que *Mulherio* agora vinculava-se a um órgão governamental.

Se o movimento feminista vivia imerso em dúvidas e em extensos debates acerca das relações institucionais, um ponto parece consensual com a leitura do periódico – que um olhar feminista sobre a condição da mulher no país foi conquistado. Para Carmem Barroso, jornalista e escritora, em entrevista concedida no 6º número do jornal, “hoje em dia não se pode dizer que tenhamos conseguido grandes coisas. No entanto, pelo menos já conseguimos criar uma má consciência da sociedade com relação à mulher”⁴⁴, e adiante coloca “em realidade são mais vitórias psicológicas, maior grau de tomada de consciência entre as mulheres e a sociedade”⁴⁵, apontando as diversas condições objetivas que seguem no caminho de opressão das mulheres, como a penalização do aborto, as distinções feitas no mercado de trabalho, no âmbito jurídico e nas relações pessoais. O próprio título da matéria é carregado dessa posição: “Estamos menos longe”⁴⁶, em uma perspectiva que mescla a satisfação de ver o debate sendo disseminado cada

⁴³Recados. *Mulherio*, São Paulo, n. 22, julho/agosto/setembro 1985, p. 2.

⁴⁴Estamos menos longe. *Mulherio*, São Paulo, n. 6, março/abril 1982, p. 11-17.

⁴⁵Idem.

⁴⁶Ibidem.

vez mais na sociedade e a frustração de, ainda assim, sentir-se longe das conquistas efetivas para o câmbio das vidas dos milhões de mulheres brasileiras.

Na mesma matéria, Branca Moreira Alves, advogada e socióloga, também concede entrevista a *Mulherio*, e, nessa perspectiva de crescimento da luta das mulheres no Brasil, comenta:

Há quatro anos, eu conhecia todo mundo do movimento feminista no Brasil. Era a Fundação Carlos Chagas, algumas intelectuais de São Paulo, de Belo Horizonte, do Rio. Hoje, felizmente, a gente não conhece todo mundo nem todos os grupos.⁴⁷

Se se pode afirmar o crescimento do debate sobre a mulher no país, é importante perceber uma ressalva feita pela mesma sobre o feminismo quando coloca que “apesar do esforço, a gente não conseguiu salvar essa palavra”⁴⁸, ou seja, de como o termo continua, em 1982, sendo evitado por alguns segmentos da sociedade, que o percebem ainda com o temor construído na década anterior, como pode-se perceber na fala de Heleieth Saffiotti:

Eu gosto de dizer: eu sou feminista mas o meu feminismo é este, porque eu tenho muito medo que tomem o meu feminismo através dessa adulteração que se fez do termo que interessa muito à ditadura, de entender que esta é uma luta das mulheres contra os homens.⁴⁹

A questão de classe também aparece nas discussões levantadas em *Mulherio*. Por haver, historicamente, a construção de uma imagem dos feminismos por parte de suas/seus opositoras/es como uma reivindicação burguesa, que só dizia respeito às mulheres despreocupadas com a questão maior de transformação da sociedade capitalista, parece haver uma necessidade por aquelas que levantam a bandeira feminista de provar que às mulheres da classe trabalhadora também importa a discussão. Pensado sobretudo no meio intelectual das universitárias, professoras e militantes, os feminismos e suas questões referentes ao corpo, à saúde, à violência e ao patriarcado como um todo por muito pareceram distantes da realidade das mulheres de baixa renda. Assim, o alcance desse público é sempre considerado uma vitória.

O movimento feminista brasileiro tem um traço específico que é uma coisa muito bonita e maravilhosa: o interesse por problemas das camadas populares, como a luta por creches (a classe média continua com o preconceito imbecil de não deixar seus filhos fora de casa), controle da natalidade etc.⁵⁰

⁴⁷Ibidem.

⁴⁸Ibidem.

⁴⁹Ibidem.

⁵⁰Ibidem.

Heleieth Saffiotti nesse trecho de sua entrevista explicita essa perspectiva. Ao falar da preocupação que o movimento feminista tem com os problemas das camadas populares, pode-se inferir que ela exclui de dentro do movimento tal segmento da sociedade. Evidencia-se um distanciamento entre este e aquele, o que se interessa e o objeto de interesse. Em entrevista à Inês Castilho, Verena Stolcke caminha no mesmo sentido:

O fato feminista já existe na sociedade, não pode mais ser negado. Agora o impasse está em ir mais fundo. E para isso me parece importante atuar coletivamente, mesmo porque já há uma consciência coletiva dos problemas das mulheres nos movimentos da periferia - clubes de mães, movimentos por creches, associação de empregadas domésticas. Agora, e ampliar essa identidade coletiva, sem se comprometer demais com os agentes oficiais, como por exemplo o Estado. Trabalhar na mobilização das bases, nas periferias, com as trabalhadoras. Conhecer sua situação real de vida, suas aspirações, e ir no ritmo delas, e não no nosso, pois se trata de classes sociais diferentes.⁵¹

A diferenciação entre aquelas que de alguma forma compõem o movimento feminista e as mulheres de periferia é ainda mais evidente em tal fala, que ainda aponta para um receio com a institucionalização e afirma o feminismo dentro da sociedade. É válido aqui refletir sobre as distinções entre os movimentos feminista e de mulheres, uma vez que este está ligado à luta de mulheres que se agrupavam em organizações de bairro, buscando melhorias de vida. As pautas giravam em torno de questões como a carestia e as condições de vida – saúde, educação – nos locais em que viviam. Estavam, portanto, ligadas aos papéis sociais considerados femininos, pois embasavam-se na preocupação com a família e suas condições materiais de vida. Assim, as questões da esfera privada ganhavam o espaço do fazer político - o público. Para Athayde:

Nisso o movimento de mulheres diferenciava-se do movimento feminista, que lutava pela libertação da mulher da opressão masculina, entre outras reivindicações. Embora por vezes as mulheres dos movimentos “populares” quisessem manter distância do estereótipo que cercava as militantes feministas, elas estavam manifestando uma noção de consciência política, pois o que era emblemático nestes movimentos de mulheres populares era a imagem que a mulher podia representar naquele cenário nacional dentro de uma sociedade explicitamente machista.⁵²

Torna-se interessante pensar *Mulherio* dentro da perspectiva de classe. Criado e mantido por mulheres (e depois alguns homens) intelectuais e ao menos no início em grande parte vinculadas a instituições de pesquisa como a Fundação Carlos Chagas, as questões das mulheres populares também são frequentemente levantadas em suas páginas. Seja através da

⁵¹ CASTILHO, Inês. Conversa com Verena. *Mulherio*, São Paulo, n. 18, setembro/outubro 1984, p. 18.

⁵² ATHAYDE, Op. Cit. p. 3

reivindicação por creches, amplamente presente, da discussão da mulher trabalhadora ou dos debates acalorados sobre planejamento familiar e direitos reprodutivos. É válido lembrar que havia a possibilidade de algumas dessas mulheres chegarem a ter *Mulherio* em mãos uma vez que o mesmo era enviado a tantos grupos de mulheres Brasil afora, servindo inclusive de material para debate nos mesmos.

E os homens nessa história toda? Eis um debate sempre difícil no âmbito feminista. Na 9ª edição abre-se espaço em *Mulherio* para a questão e Maria Malta Campos assina um texto sob o título *Feminismo e separatismo*. A sua apresentação, feita pelo Conselho Editorial, já alerta para as divergências:

O feminismo brasileiro já conquistou espaço suficiente para levá-lo a uma nova etapa: o término da atitude separatista em relação aos homens. É o que diz Maria Malta Campos neste artigo, que abre em *Mulherio* um debate sobre o modo de incorporar os homens em nossa luta. A posição de Maria não é consenso dentro do movimento feminista, e mulheres com visão diferente, convidadas a escrever sobre o mesmo tema, não puderam fazê-lo para este número.⁵³

Já no número 10 vem a resposta, e agora em uma sessão intitulada *Homens*, Danda Prado contraria o primeiro posicionamento. Se para a primeira autora:

Não justifica, porém, a manutenção da atitude separatista enquanto tal. Essa é uma necessidade, em alguns momentos, mas não um objetivo permanente. Condição fundamental para o despertar da nova consciência, pode transformar-se em fator de estagnação quando leva à desvalorização de transformações sociais que não se relacionem diretamente com a questão feminina, quando procura isolar de lutas comuns uma parcela de potencial humano tanto mais preciosa quanto mais consciente de sua própria especificidade.⁵⁴

Danda Prado responde:

O “separatismo” incriminado refere-se a um afastamento episódico, circunstancial. Ele também não é um revide ao difundido “Clube do Bolinha” pois, ao contrário dos homens, as mulheres quando se reúnem e se organizam não estão usufruindo ou defendendo privilégios nem tampouco o acesso a um poder unilateral. Estão, isto sim, se organizando, para “existir” numa sociedade codificada por homens.⁵⁵

A polêmica é sobre se os homens estão autorizados ou não a participar desses espaços de reivindicações das mulheres, criados por elas para justamente se legitimarem na sociedade que os favorece. Com os debates acerca dos papéis sociais atribuídos aos sexos cada vez mais

⁵³ CAMPOS, Maria Malta. Feminismo e separatismo. *Mulherio*, São Paulo, n. 9, setembro/outubro 1982, p. 3.

⁵⁴ Idem.

⁵⁵ PRADO, Danda. Sim ou não?. *Mulherio*, São Paulo, n. 10, novembro/dezembro 1982, p. 3.

fortes nos anos 1980, vai-se dizer que também os homens sofrem suas parcelas de opressão pelas funções que, supostamente, devem desempenhar. Contudo, são eles também que vivem os privilégios, em diversos níveis, da sociedade patriarcal. Ora, se há uma necessidade de repensar as relações entre os sexos, e se esses homens também desejam isso, não seria o caso de os próprios se organizarem? Também a questão da autoridade entra em cena quando o debate é a participação dos homens nos espaços feministas, pois há um receio quase constante de que eles tomem para si, como nos outros espaços políticos, os papéis de maior destaque ou tentem “dar a linha”. A professora de História e membro do grupo *Brasil Mulher*, Iara Areias Prado, defendendo que o protagonismo cabia às mulheres, define:

Sem dúvida, cabe à mulher a vanguarda do movimento feminista. Aos homens, cabe a tomada de consciência das questões levantadas pelas mulheres, a sua própria transformação e o apoio integral ao movimento. Aos homens cabe, portanto, o papel de retaguarda.⁵⁶

O debate apontado sobre o chamado *separatismo* pode levar à reflexão sobre o *lugar* do feminismo no Brasil a tal época. Alguns elementos podem ser pensados: havia, realmente, uma demanda dos homens e o desejo dos mesmos de participar organicamente dos grupos feministas por acreditarem nas pautas apresentadas pelos mesmos e nas reivindicações propostas sobretudo ligadas ao câmbio da situação das mulheres no país? Ou tinha início uma preocupação dos mesmos em relação às suas próprias condições – pensadas agora pelo debate de *gênero* – e procuravam nesses grupos já organizados de mulheres espaço para terem suas demandas atendidas? Outra possibilidade, mais ousada e talvez também mais facilmente rechaçada, está ligada aos anseios dos homens de compreender o que se passava com as mulheres no sentido de entender quais processos eram esses que mudavam, quiçá radicalmente, o comportamento de alguns segmentos de mulheres.

O comportamento das mulheres nos partidos já não era mais o mesmo, as companheiras em casa questionavam mais seus relacionamentos, tinham mais autonomia sobre seus corpos, buscavam uma educação diferente para as crianças. No mundo do trabalho também as mudanças se efetivavam e aos poucos elas se insubordinavam frente às suas situações. Não haveria nessa busca dos homens pelo feminismo e, portanto, na discussão sobre o separatismo, uma indicação de que eles buscavam entender e se adaptar (ou não, no caso dos mais conservadores) às mudanças que ocorriam? Talvez não só a *palavra* assustasse, mas também todas as conquistas que dos feminismos decorriam.

⁵⁶ Estamos menos longe. *Mulherio*, São Paulo, n. 6, março/abril 1982, p. 11-17.

Foi possível perceber em *Mulherio* forte presença das chamadas *pautas específicas*, que são, dentre outras, aquelas que dizem respeito ao direito a decidir sobre o próprio corpo, ao aborto, ao prazer, à saúde sexual e reprodutiva, à igualdade no mercado de trabalho, à luta pelo fim da violência. Entretanto, a partir da análise das matérias expostas, evidencia-se uma preocupação por parte das autoras no sentido de interação com o campo político institucional e de uma atuação que não se feche no próprio meio feminista, mas que haja uma vinculação do movimento com o restante da sociedade.

Os temas debatidos e aqui analisados – a relação entre militância nos partidos políticos e no movimento feminista, participação ou não dos homens no mesmo, atuação na política institucional do Estado que aquele momento se democratizava, o estado “alerta” que se aponta para a autonomia do movimento, a ampliação do debate sobre feminismos e situação das mulheres que ganha espaço no país, os ganhos do movimento, a relação entre as feministas, em sua maioria de classe média, e as mulheres da periferia – permitem traçar um panorama deste movimento político nos anos 1980. As novidades do período – o fim da ditadura e a abertura política – não ficaram de fora dos debates do movimento feminista. Na ideia de que “mexer na ordem sexual é desequilibrar o poder”⁵⁷, havia que se compreender um novo poder. Os desequilíbrios, em menor ou maior escala, construía-se a cada dia.

Fontes:

Mulherio, São Paulo, n. 0, março/abril 1981.

Mulherio, São Paulo, n. 4, novembro/dezembro 1981.

Mulherio, São Paulo, n. 6, março/abril 1982.

Mulherio, São Paulo, n. 8, julho/agosto 1982.

Mulherio, São Paulo, n. 9, setembro/outubro 1982.

Mulherio, São Paulo, n. 10, novembro/dezembro 1982.

Mulherio, São Paulo, n. 11, janeiro/fevereiro 1983.

Mulherio, São Paulo, n. 15, setembro/outubro 1983.

Mulherio, São Paulo, n. 16, maio/junho 1984.

Mulherio, São Paulo, n. 18, setembro/outubro 1984.

Mulherio, São Paulo, n. 21, abril/maio/junho 1985.

Mulherio, São Paulo, n. 22, julho/agosto/setembro 1985.

⁵⁷ *Mulherio*, São Paulo, n. 4, novembro/dezembro 1981, p. 18.

Mulherio, São Paulo, n. 24, janeiro/fevereiro 1986.
Mulherio, São Paulo, n. 25, março/agosto 1986.
Mulherio, São Paulo, n. 26, setembro/novembro 1986.
Mulherio, São Paulo, n. 27, dezembro/fevereiro 1987.
Mulherio, São Paulo, n. 28, março/abril 1987.
Mulherio, São Paulo, n. 29, maio/junho 1987.
Mulherio, São Paulo, n. 30, junho 1987.
Mulherio, São Paulo, n. 35, dezembro 1987.
Nexo, São Paulo, n. 1, junho 1988.
Nexo, São Paulo, n. 2, julho 1988.

Referências de livros:

ARENDDT, Hannah. *O que é política?*. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990.

_____. *Cultura escrita, literatura e história: conversas de Roger Chartier com Carlos Aguirre Anaya, Jesús Anaya Rosique, Daniel Goldin e Antonio Saborit*. Porto Alegre: Artmed, 2001.

KLEIN, Naomi. *A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

Referências de capítulos de livros:

CERTEAU, Michel de. A operação histórica. In: LE GOFF, Jacques. *História: novos problemas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979, p. 17-48.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Fontes históricas*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

Referências de artigo em periódico:

LEITE, Rosalina de Santa Cruz. Brasil Mulher e Nós Mulheres: origens da imprensa feminista brasileira. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 11, n. 1, p. 234-241, jan./jun. 2003.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, Porto

Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

Referências de artigo em anais de eventos:

ATHAYDE, Maria Cristina de Oliveira. O movimento feminista nas páginas dos jornais feministas do Brasil e Argentina: Nós Mulheres, Mulherio e Persona em cena. In: FAZENDO GÊNERO, 8, 2008, Florianópolis. Anais do Fazendo Gênero 8. Disponível em:<http://www.fazendogenero8.ufsc.br/sts/ST7/Maria_Cristina_de_Oliveira_Athayde_07.pdf>. Acesso em 10 de maio de 2014.